REVISTA CIENTÍFICA - RECIMA21 ISSN 2675-6218

PERCURSOS DA INCLUSÃO ESCOLAR: PRÁTICAS INCLUSIVAS NO ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA PARA ESTUDANTES COM NECESSIDADES ESPECIAIS EM UMA ESCOLA PÚBLICA DA ZONA LESTE DE MANAUS

PATHS OF SCHOOL INCLUSION: INCLUSIVE PRACTICES IN TEACHING PORTUGUESE LANGUAGE FOR STUDENTS WITH SPECIAL NEEDS IN A PUBLIC SCHOOL IN THE EAST OF MANAUS

CAMINOS DE INCLUSIÓN ESCOLAR: PRÁCTICAS INCLUSIVAS EN LA ENSEÑANZA DE LA LENGUA PORTUGUESA PARA ESTUDIANTES CON NECESIDADES ESPECIALES EN UNA ESCUELA PÚBLICA DEL ESTE DE MANAOS

Lucilene do Nascimento[1]

e686656
https://doi.org/10.47820/recima21.v6i8.6656

PUBLICADO: 8/2025

RESUMO

Este artigo apresenta uma análise sobre as dificuldades de aprendizagem em Língua Portuguesa enfrentadas por alunos com necessidades especiais no Ensino Fundamental II, com foco na Escola Municipal Maria Auxiliadora Santos Azevedo, localizada na zona leste de Manaus, no período de 2023 a 2024. O estudo buscou compreender os principais obstáculos no processo de ensino-aprendizagem, considerando condições como deficiência intelectual, transtornos do espectro autista e dislexia. A pesquisa adotou abordagem qualitativa e quantitativa, com procedimentos de análise documental e levantamento de dados. Foram implementadas estratégias pedagógicas inclusivas, como adaptações curriculares, uso de tecnologia assistiva e apoio de professores especializados. Destaca-se o projeto "Árvore de Livros", que incentivou a leitura e a escrita, promovendo o desenvolvimento das habilidades linguísticas e o fortalecimento do repertório literário dos estudantes. Os resultados evidenciam a importância do ambiente escolar acolhedor e do envolvimento familiar na construção de uma educação verdadeiramente inclusiva.

PALAVRAS-CHAVE: Inclusão escolar. Práticas pedagógicas. Língua portuguesa.

ABSTRACT

This article presents an analysis of the difficulties faced by students with special needs in learning Portuguese in Elementary School II, focusing on the Maria Auxiliadora Santos Azevedo Municipal School, located in the eastern part of Manaus, from 2023 to 2024. The study sought to understand the main obstacles in the teaching-learning process, considering conditions such as intellectual disability, autism spectrum disorders, and dyslexia. The research adopted a qualitative and quantitative approach, with document analysis and data collection procedures. Inclusive pedagogical strategies were implemented, such as curricular adaptations, use of assistive technology, and support from specialized teachers. The "Book Tree" project stands out, which encouraged reading and writing, promoting the development of linguistic skills and strengthening the students' literary repertoire. The results highlight the importance of a welcoming school environment and family involvement in building a truly inclusive education.

KEYWORDS: *School inclusion. Pedagogical practices. Portuguese language.*

[1] Mestra em Ciência da Educação pela Universidad de la Integración de las Américas (UNIDA). Professora da Secretaria de Educação do Amazonas (SEDUC-AM).

ISSN: 2675-6218 - RECIMA21

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

REVISTA CIENTÍFICA - RECIMA21 ISSN 2675-6218

RESUMEN
Este artículo presenta un análisis de las dificultades de aprendizaje del portugués enfrentadas por estudiantes con necesidades especiales en la Enseñanza Fundamental II, con foco en la Escuela Municipal Maria Auxiliadora Santos Azevedo, ubicada en la zona este de Manaus, en el período de 2023 a 2024. El estudio buscó comprender los principales obstáculos en el proceso de enseñanza-aprendizaje, considerando condiciones como discapacidad intelectual, trastornos del espectro autista y dislexia. La investigación adoptó un enfoque cualitativo y cuantitativo, con procedimientos de análisis documental y recolección de datos. Se implementaron estrategias pedagógicas inclusivas, como adaptaciones curriculares, uso de tecnología de asistencia y apoyo de docentes especializados. Se destaca el proyecto "Árbol del Libro", que incentivó la lectura y la escritura, promoviendo el desarrollo de habilidades lingüísticas y fortaleciendo el repertorio literario de los estudiantes. Los resultados resaltan la importancia de un ambiente escolar acogedor y la participación familiar en la construcción de una educación verdaderamente inclusiva.

PALABRAS CLAVE*: Inclusión escolar. Prácticas pedagógicas. Idioma portugués.*

INTRODUÇÃO

Este trabalho apresenta um recorte da pesquisa desenvolvida no Mestrado, cuja dissertação[1] foi defendida em 2024, com o título: Um olhar histórico sobre a inclusão escolar de alunos com necessidades especiais, na Escola Municipal Maria Auxiliadora Santos Azevedo, localizada na zona leste da cidade de Manaus-AM/Brasil, no período de 2023-2024.

A inclusão escolar de alunos com necessidades educacionais especiais no Ensino Fundamental II representa um dos maiores desafios contemporâneos da educação pública brasileira. No contexto da disciplina de Língua Portuguesa, essas dificuldades tornam-se ainda mais evidentes, especialmente quando se trata do desenvolvimento da leitura, interpretação, compreensão textual e escrita. A presença de estudantes com deficiências intelectuais, transtornos do espectro autista, dislexia, entre outras condições, exige do ambiente escolar não apenas acolhimento, mas também práticas pedagógicas diferenciadas que respeitem suas especificidades.

Este estudo surgiu a partir da constatação de que muitos alunos com necessidades especiais, embora inseridos nas turmas regulares, enfrentam limitações significativas no processo de aprendizagem da Língua Portuguesa. Diante desse cenário, buscou-se compreender como as práticas de ensino vêm sendo desenvolvidas por professores da Escola Municipal Maria Auxiliadora Santos Azevedo, situada na zona leste de Manaus, durante os anos de 2023 e 2024. As questões centrais que nortearam a pesquisa envolvem o modo como as atividades de leitura e escrita são aplicadas, como essas práticas podem ser inovadoras e atrativas, e se contribuem

[1] Dissertação desenvolvida no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Educação da Universidad de la Integración de las Américas (UNIDA), sob a orientação do Dr. Alderlan Souza Cabral.

ISSN: 2675-6218 - RECIMA21

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

REVISTA CIENTÍFICA - RECIMA21 ISSN 2675-6218

efetivamente para a motivação e o desenvolvimento das competências linguísticas desses estudantes.

A investigação partiu do princípio de que a educação inclusiva deve ser pautada por uma abordagem humanística, democrática e sensível à singularidade de cada aluno. A escola, como espaço de convivência e aprendizagem, precisa garantir o direito de todos ao conhecimento, à participação e ao desenvolvimento pleno. Para tanto, torna-se necessário refletir sobre a atuação docente, o uso de metodologias ativas, e a criação de projetos que estimulem o envolvimento dos alunos, como é o caso da iniciativa "Árvore de Livros", que busca incentivar a leitura e escrita de forma lúdica e significativa.

Assim, o objetivo geral desta pesquisa é analisar como a leitura e a escrita podem ser estimuladas em estudantes com necessidades especiais, por meio de práticas pedagógicas inclusivas. Como objetivos específicos, propõe-se: possibilitar o aprendizado das atividades propostas na disciplina de Língua Portuguesa; aplicar estratégias que favoreçam o processo de ensino-aprendizagem; e incentivar o gosto pela leitura e escrita, contribuindo para a autonomia e o protagonismo desses estudantes. Acredita-se que, ao investir em metodologias adequadas e na formação contínua dos professores, é possível tornar o ensino mais acessível, eficaz e transformador para todos.

EDUCAÇÃO INCLUSIVA E AS POLÍTICAS PÚBLICAS

A trajetória da educação inclusiva no Brasil é marcada por avanços e retrocessos. A Lei nº 4.024/61 já previa o direito à educação em escolas regulares para crianças com deficiência ou superdotação (Brasil, 1961). Contudo, a Lei nº 5.692/71 representou um retrocesso ao enfatizar o tratamento especializado em espaços segregados (Brasil, 1971). Nessa mesma década, foi criado o Centro Nacional de Educação Especial (CENESP), responsável por fomentar a integração escolar, embora ainda sob uma lógica medicalizante.

Historicamente, a sociedade passou por diferentes formas de compreensão das deficiências: desde o abandono nas eras teológica e metafísica até a institucionalização médica e psicológica no século XX. Pessotti (2001) destaca que, no estágio teológico, a deficiência era atribuída à vontade divina, o que legitimava a exclusão. Campêlo (1990) observa que autores como Santo Agostinho viam a deficiência mental como punição pelos pecados dos antepassados, enquanto São Tomás de Aquino passou a entendê-la como uma condição natural.

No início do século XX, surgiram os ideais de educação para todos e os testes de inteligência, como o de Binet-Simon, usados para classificar a capacidade das crianças de permanecer na escola. Segundo Campêlo (1990), esse instrumento era usado para separar os "aptos" dos "inaptos" ao ensino regular. Isso reforçava a lógica excludente, legitimada por práticas médicas e psicológicas dominantes na época.

ISSN: 2675-6218 - RECIMA21
Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

REVISTA CIENTÍFICA - RECIMA21 ISSN 2675-6218

A literatura registra quatro fases na história da educação das pessoas com deficiência: exclusão, segregação, integração e inclusão (Silva Neto *et al*., 2018). Essa última representa uma mudança de paradigma, centrada na ideia de que todos devem aprender juntos, independentemente de suas especificidades. Mantoan (2002) destaca que a luta pela inclusão está diretamente ligada à qualidade da educação oferecida, e à necessidade de adaptação das escolas às necessidades dos alunos.

A Constituição Federal de 1988 garante a educação como um direito de todos e dever do Estado e da família (Brasil, 1988). A LDB nº 9.394/96, em seus artigos 58 e 59, assegura o atendimento educacional especializado preferencialmente na rede regular de ensino, com adaptações curriculares, metodológicas e organizacionais (Brasil, 1996). O artigo 208, inciso III, reforça a obrigatoriedade do atendimento educacional especializado aos alunos com deficiência, e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) determina que é dever dos pais matricularem os filhos na rede regular de ensino (Brasil, 1990).

A Declaração de Salamanca (1994) e a Convenção da Guatemala (1999), regulamentada no Brasil pelo Decreto nº 3.956/2001, influenciaram diretamente as políticas públicas, defendendo a eliminação de barreiras que impedem o acesso das pessoas com deficiência à educação (Brasil, 2007). O Plano Nacional de Educação (PNE), publicado em 2001, reafirma a necessidade de uma escola inclusiva voltada à diversidade humana, alertando para a deficiente formação docente e a insuficiente acessibilidade como obstáculos à inclusão (Brasil, 2001).

Em resposta, a Resolução CNE/CP nº 1/2002 determinou que os cursos de licenciatura incluam conteúdos voltados à diversidade (Brasil, 2007), e a Lei nº 10.436/02 tornou obrigatória a inclusão da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) no currículo do ensino superior, regulamentada pelo Decreto nº 5.626/05. Além disso, o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos defendeu a inclusão de temáticas sobre deficiência no currículo da Educação Básica, visando à promoção de uma educação democrática e inclusiva.

Fumegalli (2012) aponta que, historicamente, as pessoas com deficiência foram tratadas como incapazes ou inferiores, sendo muitas vezes rejeitadas ou excluídas. Aristóteles e Herófilo, por exemplo, já associavam a deficiência mental a alterações cerebrais. Para Gadotti (2004), não se pode desvincular o pensamento pedagógico de seu contexto histórico e político, o que reforça a necessidade de uma leitura crítica das práticas e teorias que influenciaram a educação especial.

A educação inclusiva, portanto, deve ser compreendida como um processo pedagógico, político, cultural e social, que busca garantir a presença, participação e aprendizagem de todos os alunos, sem discriminação (Brasil, 2007). Isso exige mudanças na organização escolar, revisão das práticas pedagógicas e valorização da diversidade como um elemento enriquecedor do processo educativo. Como prevê a LDB (Brasil, 1996), a educação especial deve ser ofertada,

ISSN: 2675-6218 - RECIMA21
Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

REVISTA CIENTÍFICA - RECIMA21 ISSN 2675-6218

preferencialmente, na rede regular de ensino, com vistas ao pleno desenvolvimento do potencial dos educandos com necessidades especiais.

DIFICULDADES ENFRENTADAS POR ALUNOS COM NECESSIDADES ESPECIAIS

Alunos com necessidades educacionais especiais enfrentam diversos desafios no processo de aprendizagem da língua portuguesa, os quais demandam práticas pedagógicas específicas e adaptadas às suas singularidades. Tais dificuldades podem estar associadas a transtornos de aprendizagem, deficiências intelectuais, sensoriais ou ao transtorno do espectro autista, impactando diretamente o desenvolvimento das competências linguísticas desses estudantes.

Uma das dificuldades mais recorrentes é a decodificação e compreensão de textos. Estudantes com deficiência intelectual, por exemplo, frequentemente demonstram limitações na identificação e associação entre fonemas e grafemas, na construção do significado das palavras e na interpretação de textos, o que compromete sua fluência leitora e a compreensão global das informações (Rosa; Nunes, 2019). Além disso, a dificuldade em reconhecer estruturas gramaticais e estabelecer conexões lógicas dentro do texto pode gerar obstáculos significativos à leitura compreensiva.

A produção escrita também representa um grande desafio. Alunos com necessidades especiais podem apresentar dificuldades na organização e estruturação das ideias, bem como na ortografia e no uso adequado das regras gramaticais, comprometendo a coesão e a clareza textual (Rosa; Nunes, 2019). Esses fatores dificultam a expressão autônoma e eficaz das ideias, limitando a participação dos alunos em atividades escritas propostas no ambiente escolar.

No campo da oralidade, também são observadas barreiras importantes. A fluência verbal, a articulação dos sons e o uso de vocabulário adequado podem estar comprometidos, especialmente em casos de deficiência intelectual ou distúrbios de linguagem, dificultando a comunicação oral, a participação em interações e a expressão verbal dos pensamentos (Dias, 2017).

Outro aspecto relevante refere-se à interpretação de elementos figurativos da linguagem, como metáforas, ironias e expressões idiomáticas. Alunos com transtorno do espectro autista, por exemplo, costumam apresentar dificuldades na compreensão de figuras de linguagem, o que pode comprometer significativamente sua capacidade de interpretar textos literários, músicas e outras manifestações culturais que fazem uso intensivo desses recursos linguísticos (Souza; Correa, 2020).

Diante desse cenário, é fundamental que os educadores reconheçam essas dificuldades e adotem estratégias pedagógicas inclusivas que promovam o desenvolvimento pleno das competências linguísticas desses alunos. A implementação de adaptações curriculares, o uso de

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

REVISTA CIENTÍFICA - RECIMA21 ISSN 2675-6218

materiais acessíveis e de tecnologias assistivas são práticas fundamentais para favorecer o processo de ensino-aprendizagem e garantir uma educação de qualidade para todos (Andrade *et al*., 2021).

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa caracteriza-se como exploratório-descritiva, por descrever o comportamento dos fenômenos e estabelecer relações entre variáveis, permitindo ao pesquisador aprofundar o conhecimento sobre determinada problemática (Collis; Hussey, 2005; Gil, 2002; Triviños, 1990). A abordagem adotada é qualitativa e quantitativa, com utilização de pesquisa documental e levantamento de dados operacionalizados por meio de análises. Essa combinação possibilitou o julgamento qualitativo das informações, complementado por estudo estatístico comparado (Fonseca, 1986). Segundo Malhotra (2001), a pesquisa exploratória tem como principal objetivo fornecer critérios para compreender a situação-problema enfrentada. Triviños (1990) acrescenta que o pesquisador parte de uma hipótese e aprofunda-se na realidade investigada, acumulando subsídios para a realização de um estudo descritivo. Já Gil (2002, p. 42) afirma que a pesquisa descritiva busca "a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis".

A pesquisa foi realizada durante 12 meses na Escola Municipal Professora Maria Auxiliadora Santos Azevedo, em Manaus, tendo como público-alvo 15 alunos com necessidades educacionais especiais do 6º ao 9º ano, 10 professores, 1 coordenador e 45 familiares dos alunos. A amostra foi selecionada intencionalmente, com base na relevância dos sujeitos para o objeto de estudo. Como destacam Marconi e Lakatos (2017), a seleção adequada da amostra é essencial para garantir a validade e a representatividade dos resultados. Os dados foram coletados por meio de questionários aplicados presencialmente e à distância, entrevistas semiestruturadas com alunos, professores e gestores, além da análise de documentos como planos de aula, registros escolares e materiais didáticos (Smith *et al*., 2022).

A análise dos dados foi conduzida de forma integrada, utilizando tanto técnicas qualitativas quanto quantitativas. Na abordagem qualitativa, foram aplicadas codificação aberta e categorização temática dos principais elementos emergentes (Braun; Clarke, 2019). Já os dados quantitativos foram analisados por meio de estatística descritiva, com o uso de média, desvio padrão e análise de variância (Tabachnick; Fidell, 2019). Essa combinação de métodos permitiu uma compreensão abrangente das dificuldades de aprendizagem na disciplina de Língua Portuguesa e contribuiu para reflexões sobre práticas pedagógicas inclusivas.

ISSN: 2675-6218 - RECIMA21
Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

REVISTA CIENTÍFICA - RECIMA21 ISSN 2675-6218

AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS

A leitura é uma das práticas mais enriquecedoras no processo educativo, pois permite aos alunos o contato com diferentes realidades, o desenvolvimento da empatia e a ampliação do conhecimento por meio do contato com múltiplos gêneros textuais. Para alunos com necessidades educacionais especiais, no entanto, é essencial a adoção de metodologias acessíveis que promovam o engajamento e favoreçam seu desenvolvimento cognitivo e linguístico.

Nesse contexto, destacam-se recursos didáticos adaptados que visam estimular habilidades diversas. Um exemplo é o livro Com Imã, que contribui para o desenvolvimento da interpretação, coordenação motora fina, percepção visual, atenção, reconhecimento de cores, pareamento e cognição. Esse material é indicado para crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA), Síndrome de Down e paralisia cerebral, pois oferece uma abordagem visual e tátil apropriada às suas necessidades.

Outra estratégia eficiente é a rotina visual para crianças autistas, desenvolvida para aplicação em sala de aula com o objetivo de facilitar a compreensão das etapas da aula. Composta por fichas móveis com velcro, essa rotina proporciona organização, previsibilidade e maior segurança para o aluno. O ponteiro também possui velcro, permitindo a sinalização da atividade que está sendo realizada no momento.

Entre as práticas lúdicas destacadas está o jogo “Bingo de Palavras”, que promove o reconhecimento de palavras e a associação entre imagens e textos escritos de forma divertida e interativa. Esse tipo de atividade estimula a leitura, o vocabulário e a atenção dos alunos com dificuldades de aprendizagem.

Materiais necessários:

- Cartelas de bingo com imagens de palavras-chave;
- Cartelas com as palavras escritas correspondentes;
- Marcadores (fichas ou pequenos objetos) para sinalização.

Regras do jogo:

1. Distribuir as cartelas de bingo aos alunos;
2. Apresentar as palavras escritas e explicar sua relação com as imagens;
3. Sortear aleatoriamente as palavras;
4. Os alunos devem localizar a imagem correspondente em suas cartelas;
5. Ao identificar a imagem, o aluno marca com um marcador;
6. Vence quem completar primeiro uma linha (horizontal, vertical ou diagonal) e souber nomear corretamente as palavras marcadas;
7. O jogo pode ser reiniciado para que todos participem.

ISSN: 2675-6218 - RECIMA21

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

REVISTA CIENTÍFICA - RECIMA21 ISSN 2675-6218

Benefícios do jogo:

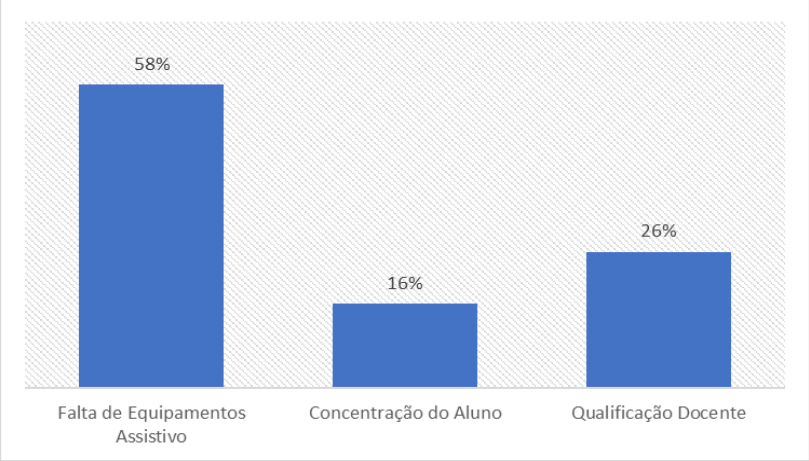
- Estimula o reconhecimento visual e associativo entre imagem e palavra;
- Promove a concentração e o desenvolvimento do vocabulário;
- Proporciona um ambiente lúdico e motivador para a aprendizagem da leitura.

O uso de recursos tecnológicos também tem grande relevância no processo educativo de estudantes com deficiência intelectual. Ferramentas como editores de texto e imagem, navegadores para pesquisas *online* e *softwares* educativos específicos contribuem significativamente para o desenvolvimento cognitivo e comunicacional desses alunos. A Universidade de Brasília (UnB), por exemplo, desenvolve softwares gratuitos e acessíveis no âmbito do Projeto Participar (http://www.projetoparticipar.unb.br), voltados à inclusão de jovens e adultos com deficiência intelectual e TEA.

Dentre os recursos desenvolvidos, destaca-se o *software* “Organizar”, que funciona como uma agenda eletrônica e auxilia o aluno a gerenciar sua rotina diária, como horários escolares e terapêuticos. Além disso, possibilita a aprendizagem de noções temporais, como dias da semana, meses e datas.

Entretanto, uma análise sistêmica dos dados obtidos por meio de questionários aplicados a professores revelou diversos obstáculos à efetiva inclusão digital dos alunos com necessidades especiais. Conforme evidenciado na Figura 1 – Tecnologia e Inclusão, os principais desafios relatados foram:

Figura 1: Tecnologia e inclusão



Fonte: Dados da pesquisa (2024)

Com base nos dados obtidos por meio da pesquisa realizada com professores, é possível observar que a inclusão efetiva de alunos com necessidades educacionais especiais ainda enfrenta obstáculos significativos no contexto escolar. A análise dos resultados revela que a

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

REVISTA CIENTÍFICA - RECIMA21 ISSN 2675-6218

ausência de equipamentos com tecnologia assistiva é apontada por 58% dos docentes como o principal entrave para a promoção de práticas pedagógicas mais acessíveis e inclusivas. Esse dado evidencia um problema estrutural grave, uma vez que a tecnologia assistiva desempenha um papel fundamental no processo de mediação da aprendizagem, facilitando a comunicação, a autonomia e o desenvolvimento das habilidades cognitivas dos alunos com deficiência. A escassez ou inexistência desses recursos nas instituições de ensino compromete a equidade no acesso ao conhecimento e amplia as desigualdades educacionais.

Além da infraestrutura precária, 26% dos professores destacaram a falta de formação docente específica como um dos principais fatores que dificultam o atendimento adequado às necessidades dos alunos com deficiência. Essa carência formativa indica que muitos professores ainda não se sentem preparados para planejar e executar práticas pedagógicas inclusivas, especialmente no que se refere ao uso de recursos adaptados, metodologias diferenciadas e avaliação personalizada. A formação continuada, nesse sentido, emerge como uma estratégia indispensável para que os educadores desenvolvam competências e atitudes voltadas à educação inclusiva.

Por fim, 16% dos professores atribuíram as dificuldades ao comportamento dos próprios alunos, especificamente à falta de concentração. Embora esse fator esteja relacionado a características individuais dos estudantes, ele também reflete a necessidade de ambientes escolares mais estimulantes e de abordagens pedagógicas mais flexíveis e responsivas. A dificuldade de concentração pode ser agravada por práticas inadequadas ou pelo não reconhecimento das especificidades cognitivas, emocionais e sensoriais dos alunos com necessidades especiais.

Dessa forma, a análise dos dados revela um cenário que exige ações articuladas entre gestores educacionais, professores e comunidade escolar. Investimentos em infraestrutura, formação docente e desenvolvimento de práticas pedagógicas inclusivas e centradas no aluno são essenciais para a superação dos desafios apontados e para a construção de uma escola verdadeiramente acessível, equitativa e democrática.

Esses dados revelam uma série de barreiras estruturais e pedagógicas. Muitas escolas apresentam infraestrutura precária, com ausência de energia elétrica ou dispositivos eletrônicos, o que inviabiliza o uso de tecnologias digitais. Durante o ensino remoto, essa limitação foi ainda mais evidente: muitos estudantes não possuíam acesso a computadores, *tablets* ou *smartphones*, dificultando sua participação nas atividades escolares *online*.

Além disso, a transição para o ensino remoto acentuou outras dificuldades, como a ausência de interação presencial com professores, o distanciamento do ambiente escolar e a falta de suporte individualizado, elementos fundamentais para o progresso dos alunos com necessidades especiais.

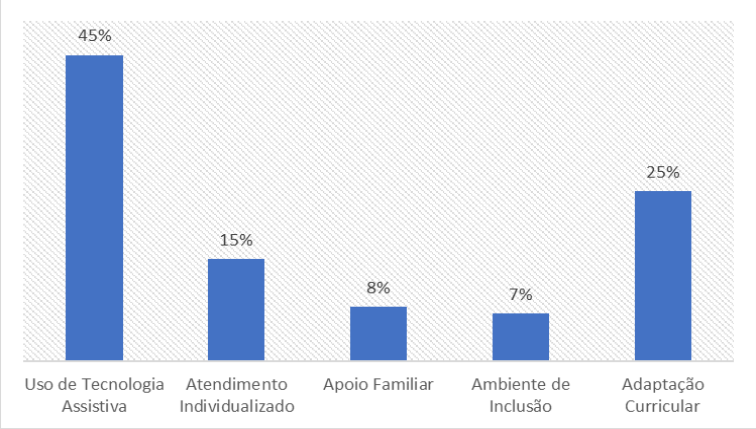
ISSN: 2675-6218 - RECIMA21
Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

REVISTA CIENTÍFICA - RECIMA21 ISSN 2675-6218

Esses estudantes enfrentaram dificuldades específicas, muitas vezes agravadas pela ausência de estratégias pedagógicas diferenciadas, planos educacionais individualizados, tempo estendido para atividades e avaliações, e acompanhamento por profissionais especializados, como terapeutas e educadores da educação especial.

Em busca de soluções para esses desafios, os professores participantes da pesquisa sugeriram alternativas apresentadas na Figura 2 – Possíveis Soluções para o Atendimento de Alunos com Necessidades Especiais, destacando as seguintes ações:

Figura 2: Possíveis soluções para atendimento de alunos com necessidades especiais



Fonte: Dados da pesquisa (2024)

A análise dos dados apresentados na Figura 2, sobre Tecnologia e Inclusão evidencia os principais desafios enfrentados no processo de escolarização de alunos com necessidades educacionais especiais, bem como aponta diretrizes para superá-los por meio de estratégias pedagógicas inclusivas.

O dado mais expressivo, com 58% dos respondentes, indica que a falta de equipamentos de tecnologia assistiva é o principal obstáculo à inclusão efetiva. Esse número revela uma lacuna estrutural significativa nas escolas, que ainda carecem de recursos básicos como softwares adaptativos, leitores de tela, teclados ampliados e comunicadores alternativos. A ausência desses dispositivos compromete diretamente a autonomia, a participação e o desempenho dos estudantes com deficiência, limitando suas possibilidades de interação com os conteúdos curriculares.

Outro ponto relevante é a qualificação docente, apontada por 26% dos professores como uma dificuldade central. Isso demonstra que, além da limitação material, há um déficit formativo que impacta a capacidade dos professores de planejar e conduzir práticas adaptadas às necessidades de seus alunos. A formação continuada em educação inclusiva, com foco em

ISSN: 2675-6218 - RECIMA21
Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

REVISTA CIENTÍFICA - RECIMA21 ISSN 2675-6218

metodologias ativas, tecnologias assistivas e diferenciação pedagógica, é essencial para transformar esse cenário.

A dificuldade de concentração dos alunos, mencionada por 16% dos participantes, embora represente o menor percentual entre os fatores apontados, não deve ser desconsiderada. Essa questão, muitas vezes associada a transtornos do neurodesenvolvimento como o TDAH e o TEA, demanda intervenções pedagógicas específicas e ambientes de aprendizagem estruturados, acolhedores e estimulantes.

Diante desses desafios, o conjunto de estratégias pedagógicas apresentadas funciona como resposta concreta e viável:

- A adaptação curricular permite que os conteúdos sejam acessíveis, sem comprometer a qualidade do ensino, favorecendo a compreensão por meio de materiais visuais, tarefas fragmentadas e metodologias diversificadas;
- A tecnologia assistiva, quando disponível e bem utilizada, amplia as possibilidades de comunicação e aprendizagem dos alunos;
- O apoio de professores especializados contribui para a construção de planos pedagógicos mais sensíveis às necessidades específicas, atuando em parceria com o corpo docente;
- O ensino individualizado garante atenção personalizada, permitindo o avanço dos alunos no seu próprio ritmo;
- A parceria escola-família fortalece o processo de aprendizagem ao estender o suporte pedagógico ao contexto doméstico;
- Por fim, a promoção de um ambiente acolhedor, por meio de ações que valorizem a diversidade, é condição indispensável para que a inclusão ocorra de forma plena e significativa.

Em síntese, os dados evidenciam que a efetivação da inclusão escolar vai além da boa vontade dos educadores, exigindo a articulação entre condições estruturais adequadas, formação docente contínua e um olhar humano sobre a diversidade. A superação dos obstáculos identificados requer o comprometimento conjunto de políticas públicas, práticas pedagógicas inclusivas e valores institucionais que promovam o respeito às diferenças como fundamento da educação. Nesse contexto, é fundamental destacar que enfrentar as dificuldades no ensino da Língua Portuguesa para alunos com necessidades especiais implica o engajamento coletivo de

ISSN: 2675-6218 - RECIMA21
Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

REVISTA CIENTÍFICA - RECIMA21 ISSN 2675-6218

toda a comunidade escolar. A escuta atenta, a valorização das singularidades de cada estudante e a construção de práticas pedagógicas flexíveis e acolhedoras constituem caminhos concretos para assegurar uma educação verdadeiramente inclusiva, equitativa e de qualidade.

CONSIDERAÇÕES

A educação inclusiva representa a consolidação do direito de todos à escolarização no ambiente da escola regular, transformando-a em um espaço democrático e acessível às diferentes formas de aprendizagem. Contudo, a efetivação desse ideal encontra desafios concretos, que exigem das instituições educacionais o uso de recursos pedagógicos diferenciados, apoios especializados e estratégias que assegurem o aprendizado de todos os estudantes, especialmente daqueles com necessidades educacionais especiais.

Como direito universal, a educação – inclusive a educação inclusiva – deve promover o desenvolvimento integral dos sujeitos, orientando-se pelos princípios dos direitos humanos e das liberdades fundamentais. Para tanto, torna-se essencial adotar práticas pedagógicas que atendam às especificidades dos alunos, conferindo significado aos conteúdos trabalhados, utilizando reforços positivos, promovendo estratégias de leitura e escrita adequadas aos diferentes perfis e incentivando a participação ativa por meio de projetos como a Árvore de Livros e atividades de inferência textual que favoreçam uma compreensão mais aprofundada.

O engajamento da família e dos docentes é fundamental para o sucesso da inclusão. Observou-se, na escola pesquisada, a relevância da atuação do profissional de educação especial, responsável por orientar os professores e colaborar nas adaptações curriculares necessárias. A análise dos dados também evidenciou que a presença do aluno com necessidades especiais em sala de aula está diretamente relacionada às condições estruturais e organizacionais, como o número reduzido de estudantes por turma, o que favorece um acompanhamento mais individualizado.

Os resultados indicam que o esforço conjunto entre escola, professores, famílias e comunidade escolar é decisivo para tornar a inclusão uma prática concreta. A promoção de uma educação inclusiva e de qualidade exige o compromisso com a formação continuada dos profissionais da educação, o planejamento pedagógico sensível à diversidade e a oferta de recursos e apoios que viabilizem o atendimento às necessidades específicas dos alunos.

Dessa forma, superar as dificuldades de aprendizagem na Língua Portuguesa entre alunos com necessidades educacionais especiais requer uma abordagem inclusiva, empática e adaptativa. Tal abordagem deve valorizar as potencialidades individuais e proporcionar condições para o desenvolvimento acadêmico e pessoal de cada estudante.

Por fim, a análise das respostas dos entrevistados revelou um posicionamento dialógico e comprometido com a construção do conhecimento. A mediação pedagógica, apoiada em múltiplas

ISSN: 2675-6218 - RECIMA21
Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

linguagens e estratégias motivacionais, mostra-se como caminho viável para responder às demandas da inclusão. Apesar das dificuldades enfrentadas cotidianamente pela escola, observa-se um compromisso coletivo com a qualidade da educação oferecida às crianças com necessidades especiais.,

REFERÊNCIAS

ANDRADE, A. M. C. *et al*. Ações pedagógicas para o ensino de Língua portuguesa aos estudantes com deficiência intelectual. **Psicologia, Diversidade e Saúde**, v. 2, n. 2, p. 160–172, 2021.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005.** Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 23 dez. 2005.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA**. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 16 jul. 1990.

BRASIL. **Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002.** Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 25 abr. 2002.

BRASIL. **Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961.** Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 27 dez. 1961.

BRASIL. **Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971.** Fixa as Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 12 ago. 1971.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

BRASIL. **Plano Nacional de Educação – PNE**. Brasília: MEC, 2001.

BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC/SEESP, 2007.

BRAUN, V.; CLARKE, V. Reflecting on reflexive thematic analysis. **Qualitative Research in Sport, Exercise and Health**, *[S. l.],* v. 11, n. 4, p. 589-597, 2019.

CAMPÊLO, J. F. **Educação especial:** história e políticas públicas. São Paulo: Cortez, 1990.

COLLIS, Jill; HUSSEY, Roger. **Pesquisa em Administração**. 2. ed. São Paulo: Bookman, 2005.

DIAS, R. Expressão oral e aprendizagem da língua portuguesa. **Revista Signos do Consumo**, São Paulo, v. 9, n. 2, p. 15–24, 2017.

FONSECA, E. N. **Bibliometria:** teoria e prática. São Paulo: Pensamento-Cultrix, 1986.

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

REVISTA CIENTÍFICA - RECIMA21 ISSN 2675-6218

FUMEGALLI, T. C. S. **Educação inclusiva:** uma trajetória de preconceitos, exclusões e lutas por direitos. São Paulo: EdUFABC, 2012.

GADOTTI, M. **História das ideias pedagógicas**. São Paulo: Ática, 2004.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2002.

MALHOTRA, N. **Pesquisa de marketing**. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão escolar:** o que é? por quê? como fazer? São Paulo: Moderna, 2002.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2017.

PESSOTTI, I. **Os nomes da loucura**. São Paulo: Editora 34, 2001.

ROSA, A. L.; NUNES, C. S. A dificuldade de aprendizagem na leitura e escrita: uma revisão integrativa. **Revista da Educação Especial**, Santa Maria, v. 32, n. 64, p. 1–18, 2019.

SILVA NETO, J. *et al*. **Educação especial na perspectiva da inclusão escolar**. Brasília: MEC/SEESP, 2018.

SMITH, J.; SILVA, A. B.; OLIVEIRA, C. Dificuldade de aprendizagem no ensino da língua portuguesa para alunos com necessidades especiais: um estudo de caso na Escola Municipal Maria Auxiliadora Santos Azevedo. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, v. 28, n. 2, p. 417-432, 2022.

SOUZA, D. S.; CORREA, V. L. Aquisição da leitura e da escrita por alunos com Transtorno do Espectro Autista: uma revisão de literatura. **Revista de Estudos Universitários – REU**, Sorocaba, v. 46, n. 1, p. 27–39, 2020.

TABACHNICK, B. G.; FIDELL, L. S. **Using multivariate statistics**. Boston: Pearson, 2019.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais:** a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1990.

ISSN: 2675-6218 - RECIMA21

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.